



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

VERÔNICA DIANO BRAGA

LEI 10.639/2003: A Obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e a formação d@ profess@r na Educação Básica nas escolas de Valparaizo- GO.

Brasília – DF

2014

VERÔNICA DIANO BRAGA

LEI 10.639/2003: A Obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e a formação d@ profess@r na Educação Básica nas escolas de Valparaizo- GO.

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de EspecialistaGestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

Professora Orientadora: Alice de Barros Gabriel

Brasília – DF

2014

BRAGA, Verônica Diano.

LEI 10.639/2003: A Obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e a formação d@ professor na Educação Básica nas escolas de Valparaizo- GO. Verônica Diano Braga.- Brasília, 2014./ 49 f.:

Monografia (Pós-graduação) – Universidade de Brasília, Departamento de Educação – FE, 2014.

Orientadora: Prof. Msc. Alice de Barros Gabriel, Departamento de Educação.

1. Preconceito racial. 2. educação afro-brasileira. 3. formação dos/as professor@s.

VERÔNICA DIANO BRAGA

LEI 10.639/2003: A Obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e a formação d@ profess@r na Educação Básica nas escolas de Valparaizo- GO.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça do (a) aluno (a)

Veronica Diano Braga

Prof.Ms. Alice de Barros Gabriel

Professor-Orientador

Prof.Ms. Cristina Maria
Costa Leite

Professora-Examinadora

Brasília, 28 de junho de 2014.

RESUMO

Este trabalho foi pensado a partir da preocupação do ensino para o negro e sobre o negro no Brasil, bem como seus valores, culturas e seu posicionamento na sociedade. Para tanto surge a necessidade de trabalhar em sala de aula as temáticas do histórico do negro e sua contribuição para o nosso país. De acordo com a Lei 10.639/03 as escolas de Educação Básica, são obrigadas a inserirem em seu currículo o conteúdo a cerca da cultura afro brasileira trazendo a temática do negro, seus valores, suas contribuições e seu direito enquanto cidadão. Para uma boa implementação desta lei os professores terão que se capacitar para trabalhar com os alunos sobre a história e a cultura africana no Brasil, de modo a ressaltar a educação anti racista, além de garantir e resgatar a cultura afro-brasileira e valorizar a longa luta dos afrodescendentes por dignidade e cidadania. O presente trabalho apresenta uma pesquisa de campo com professores a fim de identificar o objetivo proposto a partir de questionário com indagações fechadas.

Palavras-chave: Preconceito racial, educação afro-brasileira e formação dos/as professor@s.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	07
2.1. Racismo Discriminação e Preconceito.....	11
2.2. O Advento da Lei 10.639/03.....	13
2.3. Formação Docente e Currículo Escolar	18
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	24
4. RESULTADOS E DISCURSSÃO.....	25
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	38
6. REFERÊNCIAS.....	40
7. APÊNDICES.....	43
8. ANEXOS.....	46

1.INTRODUÇÃO

Desde as primeiras décadas da colonização, que o Brasil foi marcado com a chegada dos negros por meio do tráfico negreiro de forma precária e sem higienização.

Os negros eram escravizados e vendidos como mercadoria ou trocados por peças de valores aos senhores de engenho que lucravam bastante.

Com o excesso de trabalhos pesados, discriminação, falta de remuneração, e falta de respeito pela cultura, os negros sentiam a necessidade de recuperar a sua identidade cultural. A partir daí os negros passaram a lutar pela sua liberdade cultural e o fim da escravatura dando início aos movimentos sociais que resultaram na abolição.

Várias leis foram surgindo a favor do negro, tais como: Lei Eusébio de Queiroz em 1850, que proibiu o tráfico de escravos; Lei do Ventre Livre também conhecida como Lei Rio Branco em 1871, que tornava livre os filhos de escravos nascidos a partir de sua promulgação; Lei do Sexagenário em 1885, que libertava os cativos a partir de 65 anos de idade. Mas apenas a Lei Áurea de 1888 deu ao negro a liberdade, o tão sonhado fim da escravatura.

Nesse período houve uma mistura de raças e culturas geradas pelo desrespeito aos povos negros, indígenas e outras raças, que eram consideradas inferiores, adquirindo-se um perfil de uma sociedade diversificada e rica em culturas.

Com a abolição da escravatura os negros eram livres, mas como não possuíam bens para se sustentar a maioria voltava para as fazendas, trabalhar em troca de alimentação, porém outros seguiam para tentar a vida na cidade grande, e alojavam-se nos cortiços em péssimas condições de sobrevivência, uma vez que não tinham estudo nem condição financeira para de se sustentar.

O Brasil é um país de essência negra, ainda assim a população é preconceituosa, discrimina a sua própria origem, uma vez que houve a mistura de raças dando origem à miscigenação e surgindo um novo perfil de sociedade.

A sociedade como um todo precisa aceitar o quanto os negros foram importantes para a história do Brasil, sua participação foi e está sendo de suma importância para o crescimento e transformação do nosso país, isso é tão verdadeiro

que teremos o ensino da cultura afro na educação básica. Os negros precisam ser reconhecidos como cidadãos iguais a todos e conquistar seu espaço.

Pensando isso que foi criada a lei 10.639/93, que obriga a escola a trabalhar com o ensino da cultura afro no currículo escolar da Educação Básica.

Esses conteúdos não deverão mais ser trabalhados de forma estereotipada e sim devem fazer parte do conteúdo programático e ser inseridos nas disciplinas.

Portanto acreditando na nova proposta, novas fontes históricas que vem sendo trabalhadas em sala de aula. Mas para isso é preciso que o professor esteja preparado para a prática pedagógica em relação ao ensino da cultura negra na educação básica.

É preciso conhecer de que forma os professores estão implementando a lei 10.639/03 e como foram preparados para a prática pedagógica em relação ao ensino da cultura afro na Educação Básica, evidenciando a participação e importância do negro na cultura do nosso país, não deixando de elevar a auto-estima da criança negra em sala de aula e poder contribuir com a amenização ou desfazer o preconceito racial, além contribuir com o resgate da auto-estima de milhares de crianças negras e jovens negros na escola por padrão eurocentrico.

É preciso analisar se os professores conhecem de fato a história do negro no Brasil, as contribuições, do negro na cultura brasileira, os livros didáticos o currículo e africanidade e de que forma tem ocorrido a ação pedagógica desses professores diante da diversidade cultural.

Durante muito tempo essa raça/etnia, manteve-se excluída da sociedade burguesa, pois estava abaixo do padrão exigido pela sociedade. Assim, a lei representa um avanço, uma inovação as propostas existentes e um incentivo à construção do multiculturalismo na escola brasileira.

Este trabalho foi feito com a intenção de colher dados na forma de questionário fechado sobre como as escolas do município de Valparaizo estão se adequando às exigências da Lei 10.639/03. Foi escolhida 01 escola do município de Valparaizo de Goiás.

O presente trabalho apresentará um breve histórico do negro no Brasil desde sua chegada, as influências da cultura africana na cultura brasileira, as noções de racismo, discriminação e preconceito e seu impacto na sociedade, a exclusão do negro na educação. Posteriormente, apresentaremos um breve histórico da lei 10.639/03, algumas ações necessárias para cumprir a lei no ambiente escolar, uma

discussão sobre currículo e africanidades e, finalmente, uma discussão sobre a formação docente diante desse currículo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Linhares (1990), a escravidão já existia no continente africano sendo praticada entre os povos residentes naquela região. Mas com uma particularidade que nos interessa: os escravos eram levados até o litoral para serem vendidos aos traficantes de escravos que os levavam nos chamados navios negreiros que, ao comprarem esses homens, atravessavam o Oceano Atlântico e os revendiam no Brasil e demais colônias.

Dessa forma fica claro que a escravidão existia naquela região, havendo inclusive várias funções que eram exercidas pelos mesmos, como por exemplo, os escravos domésticos para os “afazeres da casa do chefe da linhagem ou do rei [...], guerreiros – escravos” (LINHARES, 1990, p.52), que se dedicava ao serviço militar e os escravos que trabalhavam em pequenas lavouras a serviço de camponeses e em fazendas e minas, sendo que estes últimos eram os que mais desempenhavam trabalhos pesados e desgastantes.

A chegada dos escravos da África teve início nas primeiras décadas de colonização do Brasil. Os negros foram trazidos para o Brasil através do tráfico de escravos.

De acordo com o Andreto (2005) no Almanaque Brasil de Culturas Popular o Brasil é um dos maiores países negros do mundo. Dos africanos trazidos para as Américas foram trazidos para o Brasil quase metade, ou cerca de 5 milhões de negros.

Os negros raptados de sua terra natal principalmente da África e levados para um lugar estranho eram controlados com mão-de-ferro pelos senhores de engenho, que delegavam aos feitores e outros agregados a fiscalização dos nativos.

Os primeiros escravos africanos eram trocados por mercadorias ou vendidos aos senhores de engenho que lucravam bastante.

Alencastro (2000) afirma que o Brasil dominado pelo interesse mercantilista português tornou-se o maior importador de escravos da América, tendo utilizado o negro como força de trabalho, não só na agricultura, mas em áreas diversas, como por exemplo, nos trabalhos domésticos, na pecuária, extração de minérios, construção de casa, entre outros. Os negros eram a maior mão-de-obra do Brasil.

Segundo Pinsky (2000):

O negro foi, portanto, trazido pra exercer o papel de força de trabalho compulsório numa estrutura que estava se organizando em função da

grande lavoura. Aqui, não havia muita preocupação em prover o sustento dos produtores, mas em produzir para o mercado. Considerava-se a agricultura de subsistência um desperdício de investimento e de mão-de-obra que deveriam ser dirigidos a grandes lavouras. Dessa forma, a “racionalidade” e a eficiência à grande lavoura só poderiam ser avaliadas na medida em que atingissem esses objetivos para os quais a mão-de-obra escrava era fundamental (PINSKY, 2000, p 17).

Nos engenhos os escravos eram obrigados a trabalhar de sol a sol e vigiados por capatazes. Devido a essa super exploração, castigos e maus-tratos, geralmente os escravos viviam pouco. Os castigos físicos, como o açoitamento, estavam entre os métodos de intimidação que garantiam o trabalho, a obediência e a manutenção.

Os escravos nem sempre aceitam passivamente a escravidão, reagem como podiam: trabalhos não feitos ou malfeitos, ato de vingança, fugas ou até mesmo suicídio.

Como a condição de escravo era simplesmente determinada pelas características raciais dos subjugados no Brasil, era praticamente impossível a fuga e a reinserção social de eventuais fugitivos. O estigma da cor da pele foi determinante para o prolongamento da escravidão.

Ao longo do tempo foram surgindo em diversos lugares do Brasil aldeias de negros refugiados da escravidão. Essas aldeias eram chamadas de Quilombos. Nos Quilombos os negros viviam livres, cultivavam diversos produtos como: mandioca, milho, feijão, batata e outros. Criavam galinhas e porcos. Fabricavam panelas, esteiras e redes.

Poucos foram os exemplos de Quilombos de comunidades formadas por escravos fugitivos que tiveram sucesso. Entre eles, o mais lembrado é o Quilombo dos Palmares que teria durado quase cem anos e reuniu milhares de habitantes em diversas comunidades.

Com a criação dos quilombos, crescia cada vez mais o número de escravos fugitivos, deixando assim as fazendas que prestavam serviços por meio de suas forças. A partir daí o negro passou a lutar por sua liberdade e deu-se início a abolição, os abolicionistas lutavam pelo fim da escravidão a favor dos escravos. Em 1850, surgiu a primeira lei que proibiu o tráfico de escravos para o Brasil.

Com a campanha dos abolicionistas surgiram outras leis como: Lei do Ventre Livre em 1871, que declarava livre os filhos de escravos nascidos a partir dessa data.

Logo depois veio a Lei do Sexagenário em 1885, que libertava os escravos com mais de 65 anos, mas na verdade quem lucrou com essa lei foram os senhores de engenhos, que se viam livres dos escravos velhos. Mais tarde veio a Lei Áurea em 1888, que aboliu oficialmente a escravidão no Brasil. Mas na verdade essa lei não melhorou a vida dos escravos, pois, eles foram lançados no mundo dos brancos sem meio de sobrevivência e sem escolaridade não tinham como sobreviverem.

Enquanto escravos eles não tinham direito a nada, por isso não possuíam bens, não tinham terra, não tinham trabalho e não tinham ajuda do governo. Como iriam sobreviver? Muitos voltaram para as fazendas afins do trabalho pesado para sobreviver.

Os que foram para as cidades pensando em encontrar uma vida digna, foram discriminados de todo jeito e alojaram-se em cortiços em péssimas condições de vida.

No entanto o destino dos negros libertos não foi o mais confortável. Deixaram as condições de servos, mas não obtiveram qualquer concessão de assistência, sendo sujeito a miséria completa.

O estigma da escravidão hoje é transformado em forma de preconceito contra minorias menos assistidas, que são impelidas a viver em condições precárias e, muitas vezes, a mercê de ambientes violentos e insalubres.

Devemos lembrar que a presença dos africanos no Brasil, trazidos contra sua vontade, separados de sua gente e postos longe de sua terra, é um dado histórico carregado de dramas e de dor, sem, dúvida. Mais o impulso da vida o brilho de seus espíritos, a história que nascerem com eles, sua cultura, seus saberes e conhecimentos técnicos também fizeram deles uma força de caráter civilizatório.(SOUZA, 2008, p. 33).

O Brasil é um país, no qual podemos encontrar várias raças/etnias que imigraram para cá, a maioria dos imigrantes foram jovens e adultos do sexo masculino que imigraram em busca de emprego, mas nem todos vieram com o mesmo propósito, os africanos vieram contra vontade, à força, trazidos como escravos para a realização de trabalhos pesados e escravizados.

O Brasil foi um dos países que mais recebeu escravos, principalmente nas áreas mais ricas e de maior desenvolvimento econômico, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

Misturando raças e culturas na convivência forçada pelo trabalho escravo dos negros e dos índios, a sociedade colonial adquire um perfil mestiço a mistura das raças e suas culturas. Essa miscigenação deu-se a composição racial tipicamente brasileira.

Não somente as raças se misturaram dando origem a miscigenação, como as culturas, as linguagens, a alimentação, as vestimentas, as músicas, as brincadeiras e os costumes. Hoje temos um país rico, forte e diversificando.

Refletir sobre a cultura negra é considerar as lógicas simbólicas construídas ao longo da história por um grupo sociocultural específico: os descendentes de africanos escravizados no Brasil. Se partimos do pressuposto que o nosso país, hoje, é uma nação miscigenada, diríamos que a maioria da sociedade brasileira se encaixa nesse perfil, ou seja, uma grande parte dos brasileiros pode se considerar descendentes de africanos. Porém, refiro-me aqui ao grupo étnico/racial classificado socialmente como negro.

A população afro-descendente no Brasil tem características culturais muito marcantes, que precisam ser mais estudadas e entendidas já que a contribuição dos inúmeros países africanos é muito significativa para todos os setores da vida brasileira, quer se relacionar à linguagem, à vida familiar, ao sistema simbólico, à comunidade religiosa, à população do saber (Ciência) ou à transmissão do saber (Educação).(THEODORO 1996, p. 83).

Os africanos que foram escravizados no Brasil trouxeram consigo rituais de celebração, valores, linguagem, religiões, costumes, vestimentas, penteados, temperos, canções, danças, ervas, tambores variados, conhecimento científico no campo da agricultura, da metalúrgica e da pesca, a história e a memória de seu povo, por meio da tradição oral, que foi e vem sendo transmitida, retransmitida e ressignificada.

O que nossa cultura herdou da África? Muita coisa! Não dá para citar um percentual, mas aquilo que hoje consideramos como Cultura Brasileira, identidade cultural nacional, ou qualquer conceito do gênero está definitivamente vinculado à História da África, que nos foi ligada a partir do momento em que o primeiro escravo africano pisou em solo tupiniquim. É claro que todas as demais levas de imigrantes ajudaram a formar esse mosaico de culturas diversas que forma uma ampla, complexa e única cultura nacional.

A cultura brasileira teve e tem predominância na cultura africana, principalmente nos estados da Bahia e Rio de Janeiro. A culinária baiana pode ser considerada como africana, assim como a capoeira, a dança e a religião baiana. No rio, a predominância é a dança que embala a grande capital.

A presença dos africanos foi fundamental para a criação da chamada identidade cultural afro-brasileira. A influência da raça/etnia negra é enorme em aspectos da cultura brasileira, como religião, música, dança, alimentação e na própria língua. Os sons africanos, os tambores, atabaques e a musicalidade africana ajudaram a criar o samba, a raiz da nossa música popular. No rastro do samba, a capoeira e as religiões afro-brasileiras também ganharam terreno.

Antes considerada atividade de marginais, a capoeira seria alçada a autêntico esporte nacional. A capoeira era usada como arma de defesa contra os capatazes e senhores de engenho no processo histórico do negro.

Porem, toda historicidade e multiculturalismo sofreu e ainda sofre por processos de discriminação e preconceitos raciais, onde pontuaremos os mesmos a seguir.

2.1 Racismo, Discriminação e Preconceito

O racismo é definido como “uma ideologia que postula a exigência de hierarquia entre os grupos humanos” (Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 12).

Pode ser definido também como:

A teoria ou idéia de que existe uma relação de causa e efeitos entre as características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E, somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras (BEATO, 1998, p.01).

O racismo não surgiu de uma hora para outra, é fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar a mão-de-obra barata por meio da exploração dos povos colonizados. Exploração que gerava riqueza e poder, sem nenhum custo extra para o branco colonizador e opressor.

O racismo entre os seres humanos foi surgindo e se consolidando aos poucos. Todos nós sabemos que o racismo é muito forte nos dias atuais, mas também cresce a consciência de que o racismo é maléfico e precisa ser combatido, denunciado e eliminado.

Quando qualquer pessoa no Brasil fala de racismo, qual é a imagem humana que geralmente lhe vem logo à mente? A imagem do negro. Por que o negro é a vítima maior do racismo praticado nesse imenso país? Existe alguma relação entre a escravidão imposta a o negro e o racismo sofrido por ele?

RUIZ (1988) afirma que:

Há uma relação muito próxima entre a escravidão a que foram submetidos os negros e a recusa às pessoas de cor negra... 'O estigma em relação os negros tem sido reforçado pelos interesses econômicos e sociais que levaram os povos negros à escravidão'. Daí o negro ter se convertido em símbolo de sujeição e de inferioridade. E este conceito negativo sobre o negro foi forjado (RUIZ,1988, p.100).

O racismo é uma forma de discriminação perante a raça negra. É uma prática diária e forte, sendo manifestado em todos os lugares e principalmente nas escolas, com a raça negra, devido à cor de sua pele.

Com efeito, o racismo sempre envolve conflitos de grupos a respeito de recursos culturais e materiais. E opera por meio de regras, práticas e percepções individuais, mas, por definição, não é uma característica de indivíduos. Portanto, combater o racismo não significa lutar contra indivíduos, mas se opor às práticas e ideologias pelas quais o racismo opera, através das relações culturais e sociais.

Já a discriminação é o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injusto, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros.

A discriminação é algo assim como: a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. (Programação Nacional de Direitos Humanos).

Discriminação racial segundo o conceito estabelecido pelas Nações Unidas (Conversão da ONU/1966, sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial).

Significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública. (Idem, ibidem).

Preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações

humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos.

Com base em estereótipos, as pessoas julgam as outras. Por isso o preconceito é um fenômeno psicológico. Ele reside apenas na esfera da consciência e/ou afetividade dos indivíduos e por si só não fere direitos. Ninguém é obrigada a gostar de alguém, mas é obrigado a respeitar os seus direitos. (Conselho Estadual da Condição Feminina, 1994, p.2).

Quando uma pessoa está tão convencida de que os membros ou grupos de determinado grupo são todos violentos e atrasados (ou, ao contrario, decentes, brilhantes e criativos) a ponto de não conseguir vê-los como indivíduos, e se nega a tomar conhecimento da evidencias que se refutam essa sua convicção, então, estamos diante de uma pessoa preconceituosa (BEATO, 1998. p 01)

É preciso aceitar que a população brasileira é preconceituosa em relação a sua população. Em decorrência, o modelo de educação não tem sido inclusivo, ainda quando permita a entrada de todos na escola. Mas até que ponto a escola estaria correspondendo a tais atribuições? Qual o tipo de cidadão que estaria sendo construído nesse espaço? Um dos aspectos que dão margem a esse tipo de questão seria a observação do método de ensino adotado pela instituição, o qual parece encontrar-se pautado em um padrão que atende às necessidades de um grupo dominante; e dentro de uma compreensão monolítica, desconsideram a pluralidade cultural presente em uma sala de aula.

Assim, a escola poderá ser um espaço de inclusão dos valores dominantes, levando de modo sutil e eficaz à domesticação dos sujeitos aos interesses capitalistas. A negação das questões que envolvem o negro na escola poderá contribuir para a acentuação da exclusão social em outros espaços sociais.

2.2 O advento da Lei 10.639/03

Segundo Rocha (2007), a exclusão prossegue, pois, mesmo depois da Abolição da Escravatura, tendo a população negra que enfrentar um quadro perverso de discriminação e preconceito, o acesso e a permanência na escola revestiram-se de grandes entraves para este grupo populacional.

De acordo com alguns autores, a educação foi um dos elementos que se levou em conta durante o processo de abolição do trabalho escravo. Era necessário que se formassem quadros de trabalhadores necessários à sociedade livre. Pode-se dizer que houve uma preocupação do poder público com a importância da educação como elemento de inclusão social. Mas tal inclusão, para os ex-escravos e seus descendentes, realizou de forma absolutamente marginal, pois constitui uma dualidade de ensino, representando as desigualdades entre dois grupos sociais. Havia uma escola para atender à sociedade da época com suas necessidades e outra para os trabalhadores. Em outros termos, escolas diferentes para públicos específicos nos quais uns têm acesso a riqueza material e outros não. (ROCHA, 2007, p. 17).

Não é de hoje que a educação vem sendo considerada pelos atores de luta contra o racismo, como espaço estratégico de atuação, pois nela se reproduz um modelo fundado nos valores civilizatórios ocidentais, numa perspectiva hegemônica, negando a diversidade da sociedade brasileira, produzindo assim, uma ideologia da inferiorização das civilizações africanas e indígenas. (CEERT, 2005. p. 26)

É com o propósito de acabar com a discriminação o tratamento inferiorizado com os negros e índios que os professores deveriam dar maior ênfase as questões raciais, suas significâncias, seus valores e contribuições, transmitir para o aluno que escola e educação são espaço e direito de todos, portanto as diferenças devem ser respeitadas e entendidas.

O Brasil Colônia, Império e República, tiveram historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não fossem admitidos escravos, e a previsão de instituição para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031 - A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares.

Após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil buscou efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afro-

descendentes, que, historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas.

A educação constitui um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integridade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, 2005, p.07).

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases), foi sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 20 de dezembro de 1996, que desde a Constituinte de 1988 até a promulgação dessa lei, passaram-se oito anos e durante esse tempo o Executivo influenciou vários grupos políticos a descaracterizar o primeiro anteprojeto da LDB e seus substitutivos que foram apresentados à Câmara Federal e defendido pelos educadores.

Logo no início do governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância das lutas anti-racistas dos movimentos sociais negros, reconhecendo as injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a desigualdade de todos os povos que participaram da construção do Brasil. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira, onde, alterou a Lei, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), sancionando a Lei, nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. A Lei nº 9.394/96 passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Artigo 3 , § 4 – O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação de povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras.

Art. 79-B, O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (BRAGA - COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS, 2005, p.32-33)

O Governo Federal criou também em 21 de março de 2003, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial) e instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Dessa forma colocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, 2005, p.08).

A partir desta, tornou-se obrigatório no currículo Escolar de Educação Básica o estudo da “História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a história do Brasil.

A referida lei foi alterada em 2008, pela lei nº 11.645/08 (Historia e cultura afro-brasileira e indígena), para que a comunidade escolar pudesse compreender e valorizar as diversas etnias que não foram ou não tiveram o devido reconhecimento no processo da construção histórica do Brasil.

A lei nº 11.645/08 surgiu para que se seja aplicado nas escolas o estudo da cultura afro-brasileira e indígena e suas contribuições no crescimento educacional e político do Brasil. No presente trabalho, não trataremos detalhadamente a referida lei.

Segundo Braga na COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS (2005, p.34) não basta só existir a lei, ela precisa ser executada e entendida, para isso é preciso:

- ✓ Garantir a formação dos professores tanto nas universidades (como parte do currículo básico) quanto nas formações continuadas fornecidas pelas secretarias de educação;

- ✓ Tornar a lei conhecida, atendendo para o seu controle e fiscalização pela sociedade, por meio de suas representações, nos governos, nas empresas, em outros espaços públicos e privados;
- ✓ Evidenciar que a diversidade não é um tema apenas para negros;
- ✓ Salientar que a educação para a igualdade racial é um desafio para os sistemas de ensino;
- ✓ Assegurar que o Estado estimule e financie a produção e a compra de livros didáticos, áudio-visuais, brinquedos étnicos e outros recursos de ensino que estejam e acordo com determinações da lei.

Do ponto de vista da integração racial e da viabilização de políticas públicas que objetivem a materialização da justiça e igualdade social, não há dúvida de que a lei acima mencionada foi um avanço, no sentido de converter a ação pedagógica da escola naquilo que os negros e afro-descendentes sempre sonhavam, entretanto a luta não está encerrada, mesmo porque a própria Lei ainda apresenta alguns senões. Ela não estabelece, por exemplo, metas para sua implementação como também não se refere à necessidade de qualificar os professores para desenvolverem esse novo trabalho, uma vez que o foco ideológico mudou e os mesmos foram educados dentro de uma outra perspectiva. No entendimento de muitos, o mais grave ainda foi o fato de não inserir as universidades nesse projeto há mais tempo, preparando professores aptos a ministrarem ensino sobre história e cultura afro-brasileira.

Diante disso, cabe aos Estados e municípios preparar sua equipe docente para o exercício da lei, capacitando-o e estimulando-os para trabalhar com a diversidade cultural, dando suporte com recursos didáticos acessíveis e que possam ser adaptados de acordo com a realidade de cada um, sem deixar de evidenciar que a diversidade cultural existe e não se trata apenas de uma cultura, mas sim de todas as culturas e suas essências.

A cultura negra possibilita aos negros a construção de uma história e uma identidade não reconhecida perante a sociedade.

Devido essa falta de reconhecimento sente-se a necessidade de trabalhar a importância da cultura afro brasileiro nas escolas.

Por se tratar de uma temática interdisciplinar é preciso que os conteúdos sejam trabalhados em todo currículo escolar especialmente na disciplina História. Para isso, não basta apenas inserir o ensino da cultura afro no currículo, os professores precisam estar preparados para esse ensino, e para isso eles precisam de capacitação, cursos que incentivem os professores, preferencialmente que esses cursos sejam gratuitos ou venham acompanhados por bolsas de estudo.

Precisamos propiciar por meio de ensino em todos os níveis o conhecimento da nossa diversidade cultural. Só assim, estaremos contribuindo para a formação de cidadãos brasileiros como sujeitos históricos e agentes da transformação social.

2.3 Formação Docente e Currículo Escolar

Que os professores precisam de uma formação na questão étnico racial na educação básica é um fato, contudo, Isso “ ainda precisa avançar além dos discursos” (MONTEIRO, apud, BRASIL, 2010, p.128). É necessária uma formação para que eles/as possam levar estas questões para sala de aula.

A postura dos professores em sala de aula é mediar conhecimentos e conceitos, que serão absorvidos pelos alunos/as como conhecimento científico e posteriormente prático. É crucial estudar a formação dos professores no que se refere à visão sobre a educação afro-brasileira, para saber se a escola está preparada para lidar com a questão racial.

Nos anos 1990, Regina Pahim Pinto realizou uma pesquisa em curso de nível médio denominados após a lei 9.394/96 (Brasil, 1996) curso normal, constatando varias dificuldades entre os (as) professores (as)-formadores (as) em lidar com a temática étnica racial na educação. (MONTEIRO, apud, BRASIL, 2010, p. 128).

A capacitação de educadores para combater o racismo iniciou efetivamente no ano de 1996, “o programa de educação desenvolveu cerca de 14 cursos em oito estados brasileiros, por meio dos quais definiu a estrutura básica do curso” (SILVA, apud, CAVALLEIRO 2001, p.69). Estes cursos foram oferecidos a todos os educadores que estivessem atuando em escolas, para que pudessem melhorar a sua aprendizagem e capacitando-os para ensinar e mediar aos alunos a educação afro-brasileira.

Nos cursos eram oferecidas atividades de multiculturalismo, educação e relações raciais desenvolvidas “com parcerias com outras organizações do movimento negro, universidades, entidades sindicais e secretaria de educação e cultura do Estado e do município” (SILVA, apud, CAVALLEIRO, 2001, p.69).

O Parâmetro Curricular Nacional (PCN, 1997 vl. 10), foi um norteador curricular que introduziu a cultura afro-brasileira despertando no professor um interesse pela temática e aproximando a criança a sua realidade, valorizando a sua história cultural e iniciando a superação dos preconceitos raciais.

Segundo o Parâmetro Curricular Nacional (PCN volume 10).

Recuperar as origens dessas influências é valorizar os povos que as trouxeram e seus descendentes, reconhecendo suas lutas pela defesa da dignidade e da liberdade, atuando na construção cotidiana da democracia no Brasil, dando voz a um passado que se faz presente em seres humanos que afirmam e reafirmam sua dignidade na herança cultural que carregam (BRASIL, 1997, p.22)

“[...] nos anos 1980 e 1990 novas reformas educacionais e mudanças curriculares aconteceram, decorrendo inclusive da criação de programas de formação dos professores(as).” (MONTEIRO, apud BRASIL, 2010, P. 131). Mas pode-se perceber em diversos estudos e pesquisas que somente a disponibilização do Parâmetro Curricular Nacional (PCN) de 1997, como norteador para o currículo escolar e com a abordagem de formação de professores e os cursos ofertados de capacitação não provocaram mudanças significativas no que se refere à educação para as relações étnico raciais no cotidiano escolar.

Houveram varias tentativas para a implementação da cultura afro-brasileira no currículo escolar anterior a lei nº 10.639/03 “[...] entretanto, esbarrou-se no problema na falta de formação do professor para tratar estas questões em sala de aula”,(SILVA, apud, BRASIL 2001, p.66). Percebe-se que o professor não está capacitado para falar do racismo e do preconceito racial, apesar dos investimentos do Ministério da Educação em formação de professores na temática.

Dai, como lidar com a diversidade cultural em sala de aula? É importante escapar de um modelo monocultura de ensino? Poderão professores incluir a equidade de oportunidades educacionais entre seus objetivos? Como localizar, através do currículo e de procedimentos de ensino, para atuar em uma sociedade multicultural?

Gadotti nos alerta para o ensino da diversidade cultural.

A diversidade cultural é riqueza da humanidade. Pra cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mais tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada. (...) Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as cultura e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa sobre tudo dialogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais (GADOTTI, 1992, p.23).

É preciso sim observar as diferenças entre as pessoas e suas culturas, costumes e tradições. Os negros têm toda uma história e precisa ser reconhecida como peça fundamental para o crescimento do nosso país, uma vez que essa história é contada de forma folclorizada e não há o menor reconhecimento. E para isso é preciso, novas propostas de ensino, novas propostas pedagógicas e respeitar as diferenças e valoriza – lá sem expor a criança no ambiente escolar e garantindo respeito e igualdade entre os alunos em sala de aula sabendo que saber vai transmitir para os alunos.

Faz-se necessário à escola reverter esta situação adversa tecendo novas propostas, fazendo frente às situações desumanizantes a que crianças e adolescentes negros estão expostos no ambiente escolar. (ROCHA, 2007, p.14 - 15).

A formação docente exige uma revisão dos materiais utilizados por cada professor e daqueles já publicados que possam ser incorporados ao currículo escolar, quer sejam: livros de contos, canções de autores contemporâneos sobre temas de racismo e multiculturalismo, álbuns de fotografias, vídeos educativos, atividades sugeridas pelos coletivos a resolução de conflitos de forma educativa, ou estratégias de educação moral e ensino de valores.

Propor que o conteúdo seja um dos estruturantes do método didático, mais que outro seja tomando em articulação: o desafio está na superação do formalismo, na superação do reducionismo, na ênfase e na articulação: articulação essa que tenta trabalhar dialeticamente os diferentes estruturantes do método didático, considerando cada um deles, suas anter-relações com os demais sem querer negar nenhuma delas (CANDAU, 2002 P. 20).

Onde os conteúdos podem ser trabalhados em diversas áreas abordando temas relacionados à história da África ou a história dos negros no Brasil.

De acordo com o Centro de Estudo das Relações do Trabalho e Desigualdade (1990), serão apontados alguns exemplos da possibilidade de intersecção das diversas disciplinas com a temática das relações raciais.

É possível abordar os seguintes conteúdos:

- ✓ História dos quilombos, a começar pela de Palmares, e de remanescente de quilombos, e suas respectivas contribuições para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões – como associações negras recreativas, culturas, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos de Movimento Negro, com destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada localidade.
- ✓ Assinalamento de datas significativas, tais como:
 - **21 de Março**, Dia da Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial;
 - **13 de Maio**, Dia Nacional de Lutas contra o Racismo;
 - **20 de Novembro**, Dia Nacional da Consciência Negra.
- ✓ Participação e estudo de celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatus, tambores de crioula, cacumbizas, rodas de samba, entre outros do cotidiano das diversas regiões brasileiras.
- ✓ Destaque para o corte racial em todo conteúdo curricular, focalizando as dimensões da economia, da saúde, do acesso à informação, à educação, etc.
- ✓ Destaque para atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnologia e artística, de luta social – Zumbi, Aleijadinho, Padre Mauricio, Luiz Gama, Cruz e Sousa, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, José Correia Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Abdias do Nascimento, entre outros.

De acordo com o Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades, 1990 (CEERT), O Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, deve-se desenvolver no cotidiano das escolas nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em atividades curriculares ou não, por meio de trabalhos em sala de aula, nos laboratórios de Ciências e de Informática, na utilização de salas de

leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares.

A escola é o ambiente onde se transmite saberes, valores e ensina a respeitar as diferenças, mas isso só é possível com a parceria da família que deve caminhar lado a lado da escola dando suporte contínuo uma para outra.

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações sociais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-la em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, podemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. É preciso que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade não qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores. (GOMES, 2005, p. 147).

A finalidade de estudar africanidades nas escolas é um direito dos descendentes, assim como outros cidadãos brasileiros, e a valorização dessa raça, que além da mão-de-obra, eram seres que produziam cultura, mas não basta dizer, isso tem que ser algo vivido para começar a abalar as velhas estruturas dos preconceitos que está cada vez mais vivo dentro de nós.

De acordo com (SILVA, 1999, p. 157).

O estudo das Africanidades tem como propósito nos currículos escolares e em todos os níveis de ensino que:

- ✓ Valoriza igualmente as diferentes e diversificadas raízes das identidades dos distintos grupos que constituem o povo brasileiro;
- ✓ Buscar compreender e ensinar a respeitar diferentes modos de ser, viver, conviver e pensar;
- ✓ Discutir as relações étnicas, no Brasil, e analisar a perversidade da assim designada “democracia racial”;
- ✓ Encontrar formas de levar a refazer concepções relativas à população negra, forjadas com base em preconceitos, que subestimam sua capacidade de realizar e de participar da sociedade, material e intelectualmente;
- ✓ Identificar e ensinar a manusear fontes em que se encontram registros de como os descendentes de africanos vêm, nos quase 500 anos de Brasil, construindo

suas vidas e sua história, no interior do seu grupo étnico e no convívio com outros grupos;

- ✓ Permitir aprender a respeitar as expressões culturais negras que, juntamente com outras de diferentes raízes étnicas, compõem a história e vida do nosso país;
- ✓ Situar historicamente e socialmente as produções de origem e/ou influência africana, no Brasil, e propor instrumentos para que sejam analisadas e criticamente valorizadas.

A cultura negra possibilita aos negros a construção de uma história e de uma identidade.

Dessa forma, tratar a temática do negro no currículo escolar não depende do professor ser negro ou não. A lei é de um caráter obrigatório para todo o magistério e tem a função estratégica para a formação do cidadão brasileiro.

Para atender a esta lei é fundamental que os conhecimentos e os saberes relativos a esta temática, de que alguns de nós somos possuidores, sejam socializados entre os demais educadores e ampliados para toda comunidade escolar, com isso o professor e a escola não serão mais acusados de serem mediadores – mesmo que inconsciente – da formação de estereótipos que geram preconceitos que se constituem de um juízo prévio, por ausência de um real conhecimento do outro. (SILVA, 2001, P.73).

Não podemos em respeito da lei, sair repassando, em sala em aula, informações equivocadas ou tratar o tema de uma forma folclorizada, este é um grande temor: repetir modelos para fazer com que esses conteúdos curriculares fiquem parecidos com os que já trabalhávamos ao tratarmos da História e das contribuições culturais comumente estudadas é um caminho fácil e perigoso. Enfim, fica sempre a questão central: Como e o que introduzir em relação ao tema “História da África e dos africanos no Brasil” em nossos currículos escolares? (SOUZA 2008)

É de fundamental importância que esses conteúdos sejam trabalhados de forma verdadeira, relatando os reais acontecimentos, pois, trata-se da história de uma cultura que deverá servir para elevar o orgulho e o reconhecimento por fazer parte da história desse país.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A diversidade étnico-cultural está presente diariamente no contexto brasileiro, expressando-se na música, na dança, na culinária, na nossa língua portuguesa e entre inúmeras atividades em nosso cotidiano. O que se faz necessário lembrar, é que para tratar dessas questões é preciso ir além da constatação, da contemplação e da folclorização que muitas vezes se faz em torno das diferenças existentes.

O processo educativo emanado pela escola é algo que a sociedade não pode prescindir. Ao contrário, a educação é fundamental no processo de aprendizagem e na compreensão necessária para que se possa ver o “diferente” em suas complexidades de formas de relações humanas e suas afirmações e significações.

As relações existentes no processo de construção e significação das diferenças na sociedade precisam ser muito bem compreendidas. A necessária valorização da diferença que buscamos se dá no sentido de reconhecer e afirmar positivamente a pluralidade e a singularidade de cada diferente cultura e da não aceitação das desigualdades, muitas vezes, justificadas equivocadamente pela diferença cultural/racial e que resultam na inferiorização dos seres humanos.

Pesquisar exige responsabilidade, dedicação, interesse e interpretação. É preciso estar preparado para desenvolver a pesquisa, coletar dados e desenvolver o trabalho.

Cabe ao pesquisador, ser objetivo, específico ser persistente e decisivo, durante a pesquisa.

Os métodos utilizados foram o descritivo e o bibliográfico, utilizados para desenvolver a pesquisa e obter os dados desejados. Segundo GIL (2002). O Método Descritivo tem como objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por sexo, procedência, nível de escolaridade. O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário, com questões fechadas, que foi direcionado a 05 professores da Educação Básica do Ensino Fundamental da Escola Municipal CAIC – Tancredo de Almeida Neves, constituindo assim o universo da pesquisa.

A partir da aplicação dos instrumentos de pesquisa e sua posterior análise, será possível evidenciar a importância de trabalhar o ensino da cultura afrodescendente em sala de aula, respeitando as diferenças de forma positiva para a formação de uma cultura contra o racismo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que a educação é um direito social. E colocá-la no campo de direitos é garantir espaço à diferença e enfrentar o desafio de programar políticas públicas e práticas pedagógicas que superem as desigualdades sociais e raciais. Essa é uma questão que precisa ser levada a sério pelos educadores (as) e formuladores (as) de políticas educacionais. Nilma Lino Gomes, em seu artigo “Educação cidadã e raça: o trato pedagógico da diversidade” argumenta a respeito destas políticas educacionais e do Brasil que possui uma imensa diversidade cultural:

A implementação de políticas educacionais não pode prescindir da realidade sociocultural brasileira. O Brasil é uma imensa nação cujas características principais não se reduzem às desigualdades socioeconômicas. É um país marcado, também, pela diversidade cultural e racial. Não podemos, portanto desconsiderar a interferência das diferenças étnico-raciais nas condições de vida e história do povo brasileiro. (GOMES, 2001, p.85)

Ainda em GOMES (2001):

Ao propor uma educação cidadã que articule a questão racial, tanto os/as educadores/as quanto os/as formuladores/as de políticas devem estar cientes da complexidade que envolve a história e a trajetória escolar do segmento negro no Brasil. (GOMES, 2001, p.85).

Vamos assim , introduzir a necessidade de evidenciar nas respostas ao questionário aplicado a efetividade de implementação e formação de professores como política pública emergencial.

Gráfico 1:

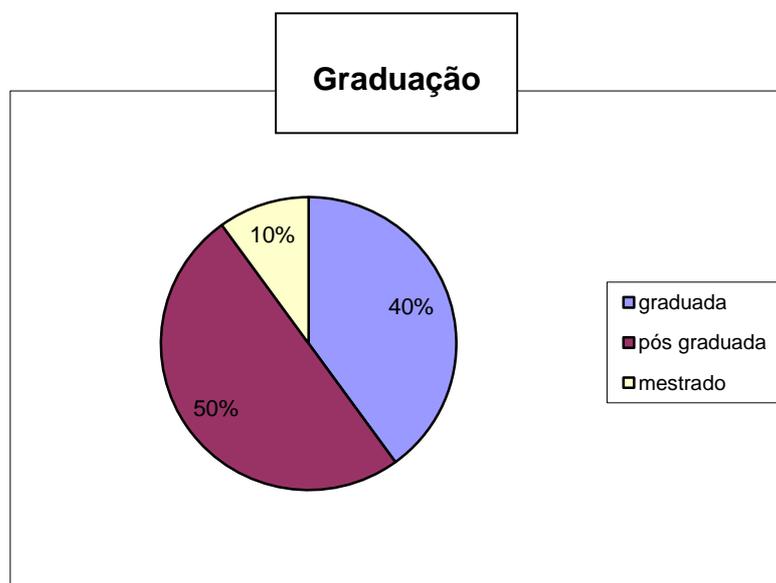
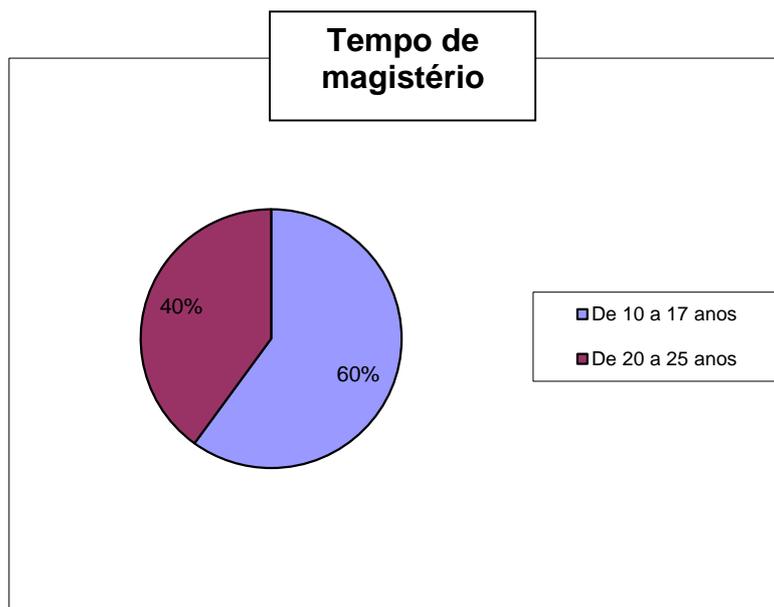


Gráfico 2:

Uma formação adequada as questões raciais tem sido umas das lutas dos movimentos negros do país, pois conforme os gráficos mostrados acima, os professores entrevistados possuem pós-graduação que muitas vezes não é relacionada as questões raciais e um tempo de magistério considerável. Pois, de acordo com SILVA (2001):

Recentemente, duas novas linhas de ação têm sido evidenciadas pelo Movimento Negro: a formação de educadores/as para o combate ao racismo e a produção de recursos didático-pedagógicos alternativos para discussão do racismo, da discriminação racial e compreensão das desigualdades geradas por ele. (SILVA, 2001, p.66).

Os Movimentos Negros tem lutado por uma educação de qualidade sobre o negro e para o negro, educação esta que possibilitará a quebra de muitos estereótipos em relação a cultura africana e seu povo.

Gráfico 3:



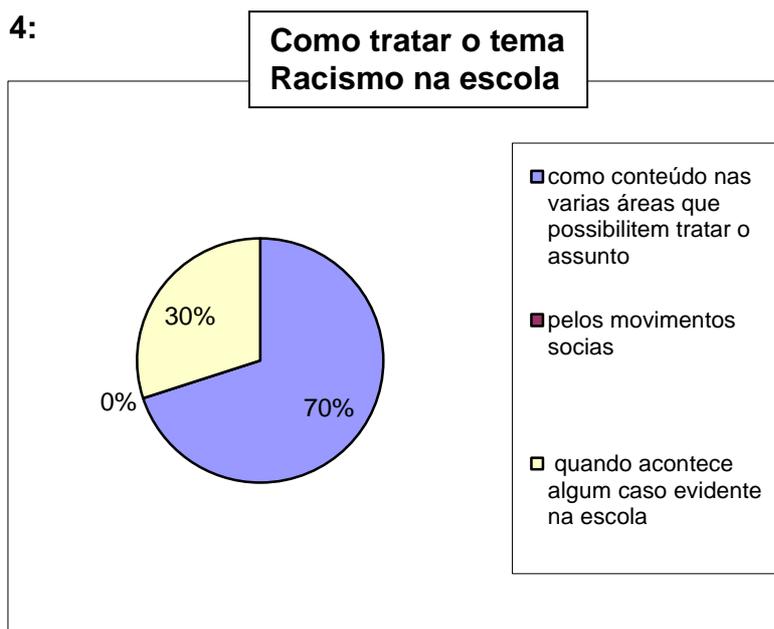
No gráfico 3 quando se questiona aos entrevistados se a trajetória histórica do negro é estudada, observa-se um empate entre sim e raramente, consideram-se polêmica e um tanto complexa propor uma educação cidadã envolvendo esta trajetória história do negro, pois alguns educadores também tiveram uma educação eurocêntrica e acreditam que a história do negro se resume a escravidão. Como argumenta Selma Pantoja apud (OLIVA, 2006):

Soma-se a tal perspectiva a necessidade de corrigir percepções distorcidas ou desequilibradas sobre o continente africano, como confundir o “estudo da história da África nos períodos recuados” como o estudo da escravidão. (OLIVA, 2006, p.16/17.)

Muitos livros e professores abordam somente a trajetória do negro como um escravo que veio ao Brasil como uma força para o trabalho. O que leva a uma imagem distorcida da verdadeira trajetória do povo africano.

Mas cabe aos educadores e formuladores de políticas públicas tornar esta trajetória histórica do povo africano um momento único e com o objetivo de não depreciar a imagem do negro e sim fortalecer os laços afro-descendentes de nosso país.

Gráfico 4:

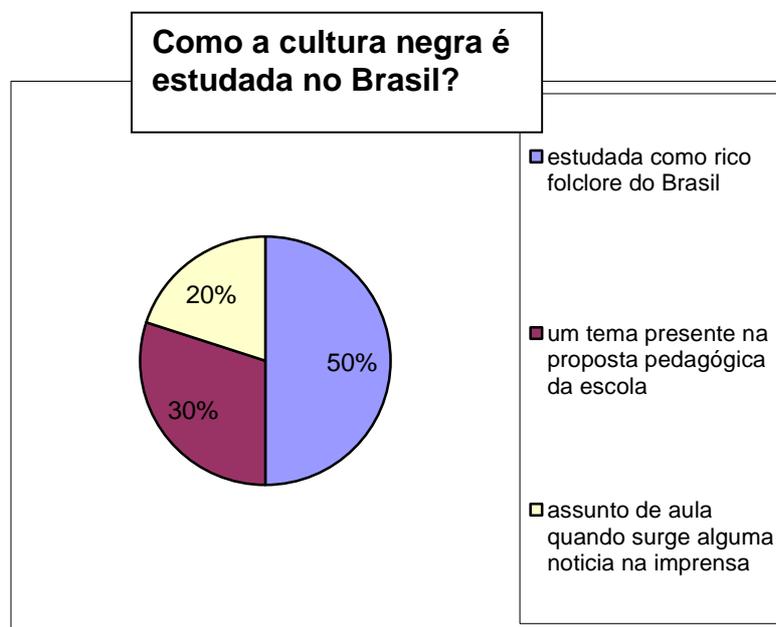


O gráfico 4 nos mostra uma interdisciplinaridade, pois sabe-se que o racismo deve ser trabalhado não só na cultura africana, mas também nas mais diversas áreas do conhecimento escolar, pois é também deste ambiente (escola) que pode acontecer casos de discriminação e preconceito racial. Como aponta Cavalleiro (2001):

Uma educação anti-racista prevê necessariamente um cotidiano escolar que respeite, não apenas em discurso, mas também em prática, as diferenças raciais. É indispensável para a sua realização a criação de condições que possibilitem a convivência positiva entre todos. (CAVALLEIRO, 2001, p.157)

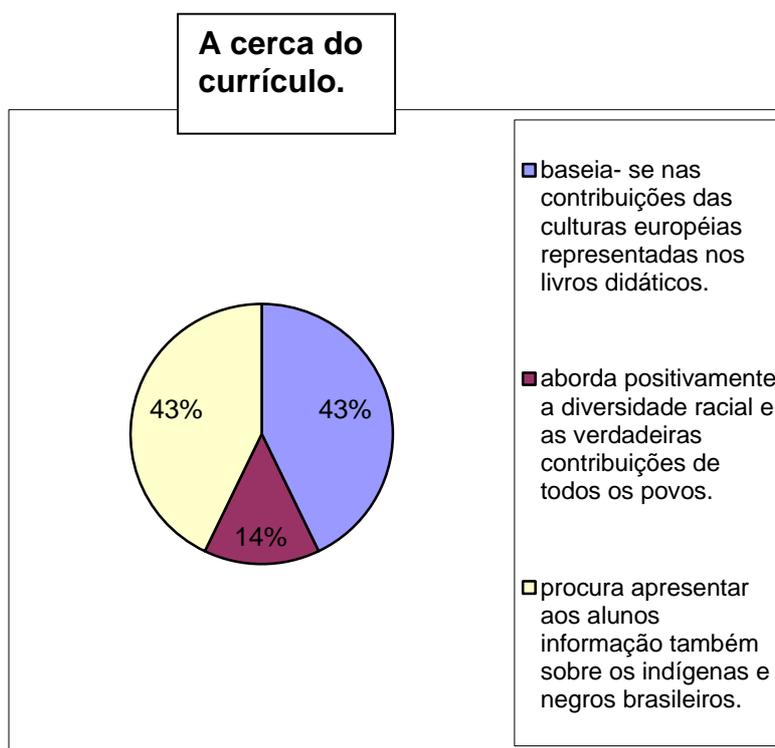
Toda e qualquer ocorrência de discriminação no espaço escolar, deve servir de pretexto para não só uma reflexão, mas principalmente ação.

Gráfico 5:



Uma das finalidades em estudar as africanidades culturais brasileiras é a de promover o respeito dos descendentes de africanos assim como de todos os cidadãos brasileiros, à valorização de sua identidade étnico-histórico-cultural. Mas o que se espera da Lei é que o mesmo seja um tema presente na proposta pedagógica onde somente 30% dos entrevistados responderam, mas a escola deve como obriga a Lei ter o ensino e cultura afro em seus currículos, não só para a valorização, mas também para o conhecimento do próprio aluno negro.

Gráfico 6:

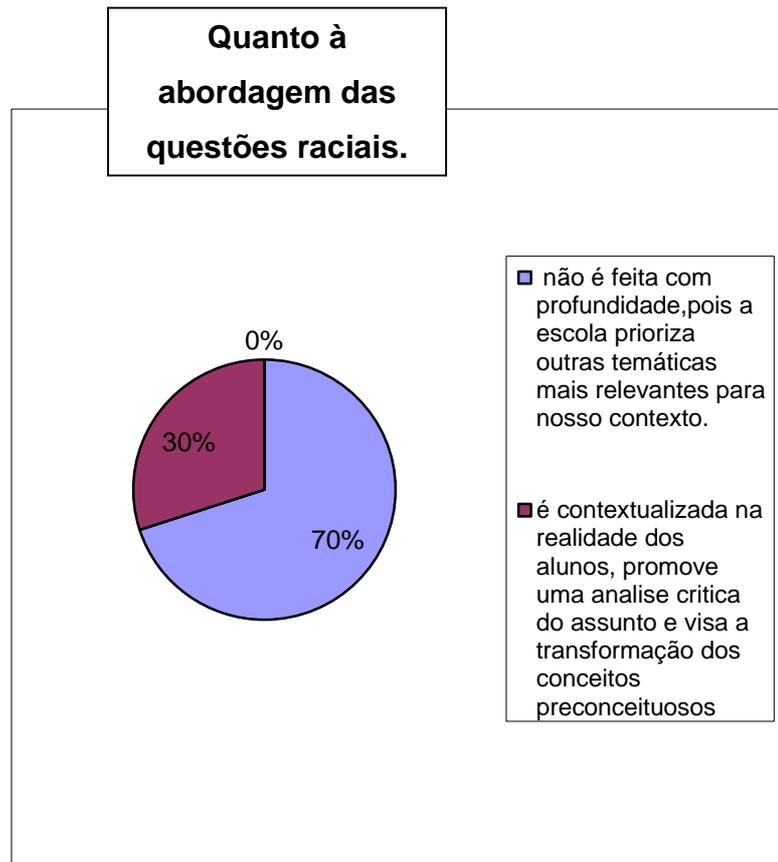


Alguns livros de história ainda possuem em sua maioria a história europeia como uma parte da história brasileira, com seus contos e heróis brancos, os índios e negros são apenas a força de trabalho que estes então colonizadores precisavam. O que entristece é que apenas a minoria aborda a questão da diversidade racial de forma verdadeira com a contribuição de todos os povos que por aqui passaram. Pois segundo Gonçalves e Silva (2005):

No âmbito escolar e acadêmico, as africanidades constituem-se em campo de estudos, logo, tanto podem ser organizadas como disciplina curricular, programa de estudos abrangendo diferentes disciplinas como em áreas de investigações. (GONÇALVES E SILVA, 2005, p.157).

Abordar a história e cultura do continente africano em diversas disciplinas, instituirá ao aluno um processo de conhecimento e valorização do povo negro.

Gráfico 7:

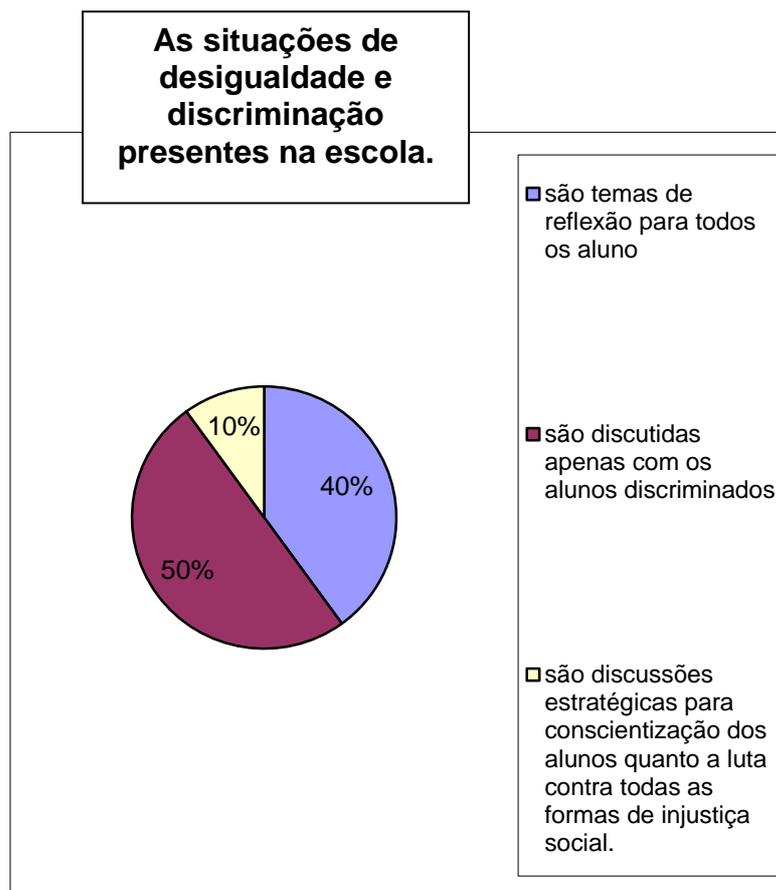


Quanto à abordagem sobre as questões raciais, o gráfico 7 mostra mais uma lacuna que deve ser preenchida por nossas escolas em especial nossos professores, pois o tema é relevante em todos os momentos da vida escolar do educando. Desconstruindo assim, um estereótipo feito por muitas gerações, pois de acordo com Santos (2001):

É tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes, para que o futuro seja escrito a mais mãos. É necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmos. (SANTOS, 2001, p.107).

E esta história não acontecerá se a escola continuar priorizando somente questões que a mesma julgue ser mais importante. Os alunos precisam saber mais sobre o passado para entender o presente e o futuro do país e isto só acontecerá se for quebrado os estereótipos do silêncio de que a questão racial é um tema fora da realidade e complexo demais para ser estudado.

Gráfico 8:

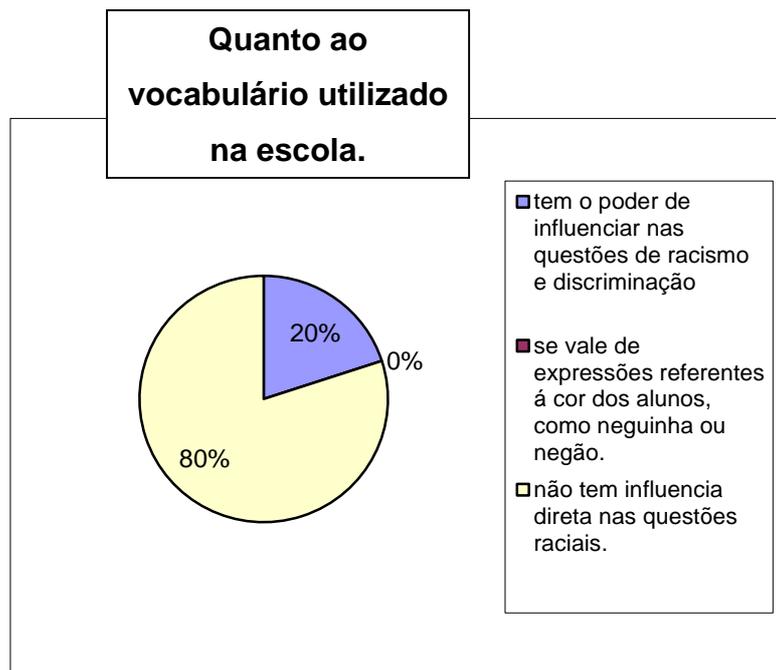


A questão de como lidar com as situações de desigualdades e discriminações dentro da escola, requer não apenas um momento de reflexão com todos os alunos e uma conversa particular com os alunos discriminados, requer uma conversa conscientizadora, focando a luta contra todas as formas de injustiça e discriminação. Pois de acordo com Lopes (2005):

Os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combatê-los, buscar resolvê-los, fazendo com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a despeito das diferenças e especificidades que possam existir". (LOPES, 2005, p.187)

A escola deve favorecer esta vivência e promover situações de discussão, de diálogo e questionamentos para assim conscientizar seu aluno de que todos somos cidadãos e merecemos respeito.

Gráfico 9:

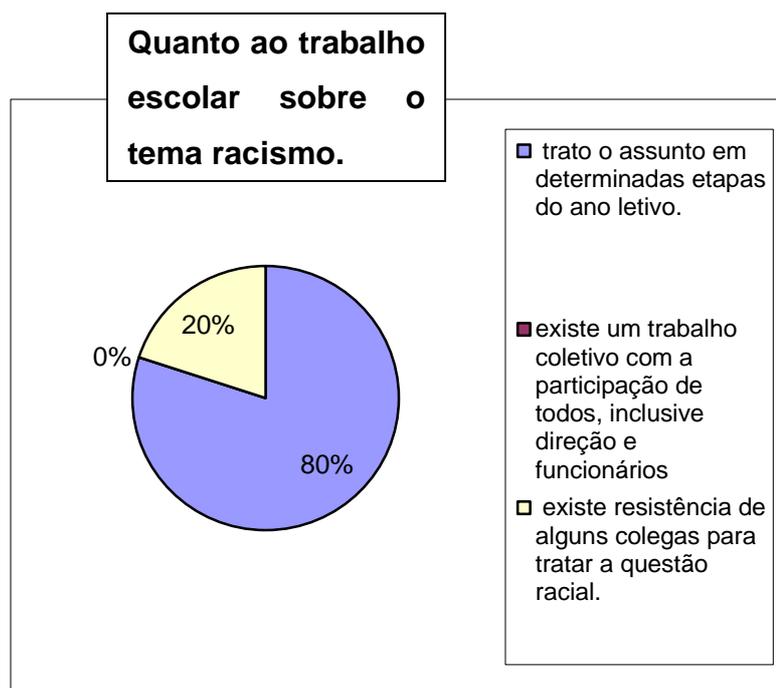


A escola da mesma forma que pode promover, pode também excluir o aluno, o vocabulário utilizado na instituição de ensino, deve ser igual para todos, independente de cor ou classe social. Cavalleiro defende a idéia do professor como espelho na conduta de seus alunos:

Devemos considerar que, embora as atitudes e os comportamentos de nosso/as alunos/as não sejam obrigatoriamente cópias fiéis das nossas, esses também podem copiar exatamente nossa conduta. No espaço escolar, como já dissemos, muitos dos aspectos presentes reforçam uma hierarquia entre os grupos raciais. Na expressão verbal o racismo é disseminado quando ocorrem falas explícitas ou implícitas que depreciam a participação de alunos/as negros/as. (CAVALLEIRO, 2001, p.158)

A ausência de iniciativas diante de conflitos raciais entre alunos e alunas mantém o quadro de discriminação, diante desses conflitos, o silêncio ainda prolifera a convivência com tais procedimentos.

Gráfico 10:



O racismo muitas vezes só é tratado em determinadas etapas do ano letivo, como semana da consciência negra entre outras, o ensino da história africana, seu povo e suas contribuições, devem ser tratados durante todo o ano letivo, pois as situações de discriminação e preconceito racial, não acontecem uma vez na semana e sim diariamente. E em todas as disciplinas, como cita Gonçalves e Silva (2005):

Ora, se as africanidades brasileiras abrangem diferentes áreas, não precisam em termos de programas de ensino, constitui-se numa única disciplina, pois podem estar presentes em conteúdos e metodologias, nas diferentes disciplinas constitutivas do currículo escolar. (GONÇALVES E SILVA, 2005, p. 157).

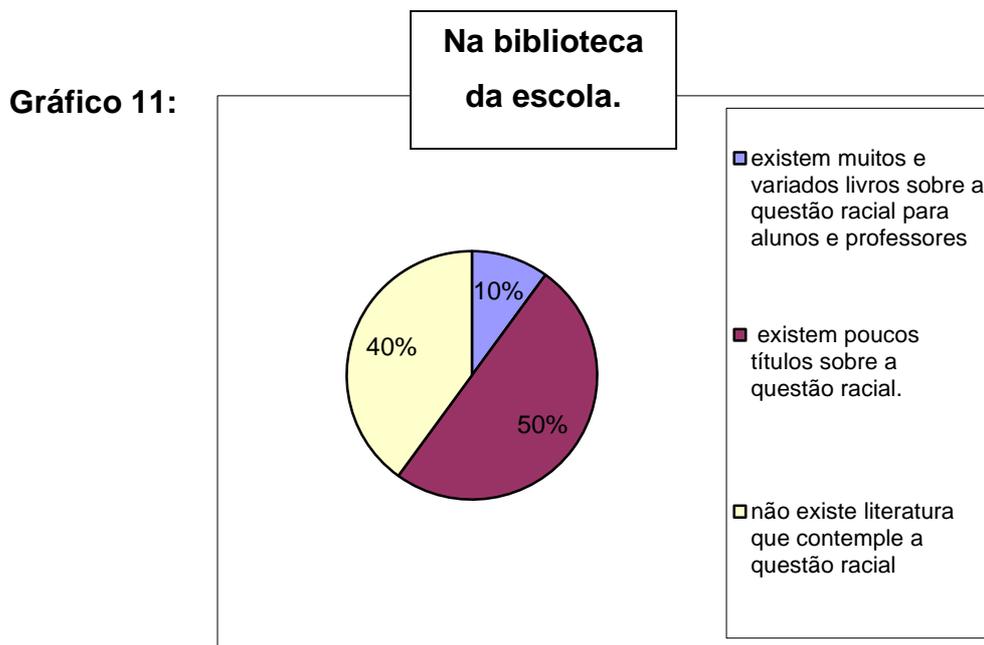
O estudo da história africana bem como suas contribuições para o nosso país, deve ser tratado diariamente no cotidiano escolar, caso isto não aconteça durante todo o ano letivo, a África se tornará apenas um ato folclórico, esquecendo seu passado e suas contribuições para o presente e futuro do nosso país.

Ao analisar três livros em seu artigo, Andréia Lisboa de Sousa fala da importância de livros de literatura que contemplem o personagem negro de forma positiva e não como os personagens grotescos que são vistos frequentemente.

É com vistas a uma análise de um imaginário não excludente e não redutivista que selecionamos os livros *Luana* (2000), de Aroldo Macedo e Oswaldo Faustino; *Histórias da Preta* (1999) de Heloísa Pires Lima; *O menino marrom* (1986), de Ziraldo Alves Pinto. Esses livros são considerados exceção por apresentarem o personagem negro em um contexto diferenciado: de maneira

positiva, como protagonista, pertencente a uma família, com ilustrações bem delineadas. (SOUSA, 2001, p. 196)

As imagens mostradas tanto pelas ilustrações quanto pelas descrições e ações dos personagens negros podem ser utilizadas de maneira construtiva, de modo que contribua para a auto-estima das crianças negras presentes na escola, e também para a sensibilização das não-negras.



Com a falta de livros que abordam a questão racial, torna-se difícil para professores e alunos, obterem melhor conhecimento sobre uma questão que é ao mesmo tempo importante e polêmica, recorrendo somente ao livro didático que nem sempre apresenta uma forma correta do negro na história de nosso país. Segundo Silva (2005):

O livro didático ainda é, nos dias atuais, um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas, onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares. Ainda em Silva (2005): A presença do negro nos livros, frequentemente como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve

hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que foi a organização sócio-político, econômico e cultural na África pré-colonial, e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas. (SILVA, 2005, p.22/25).

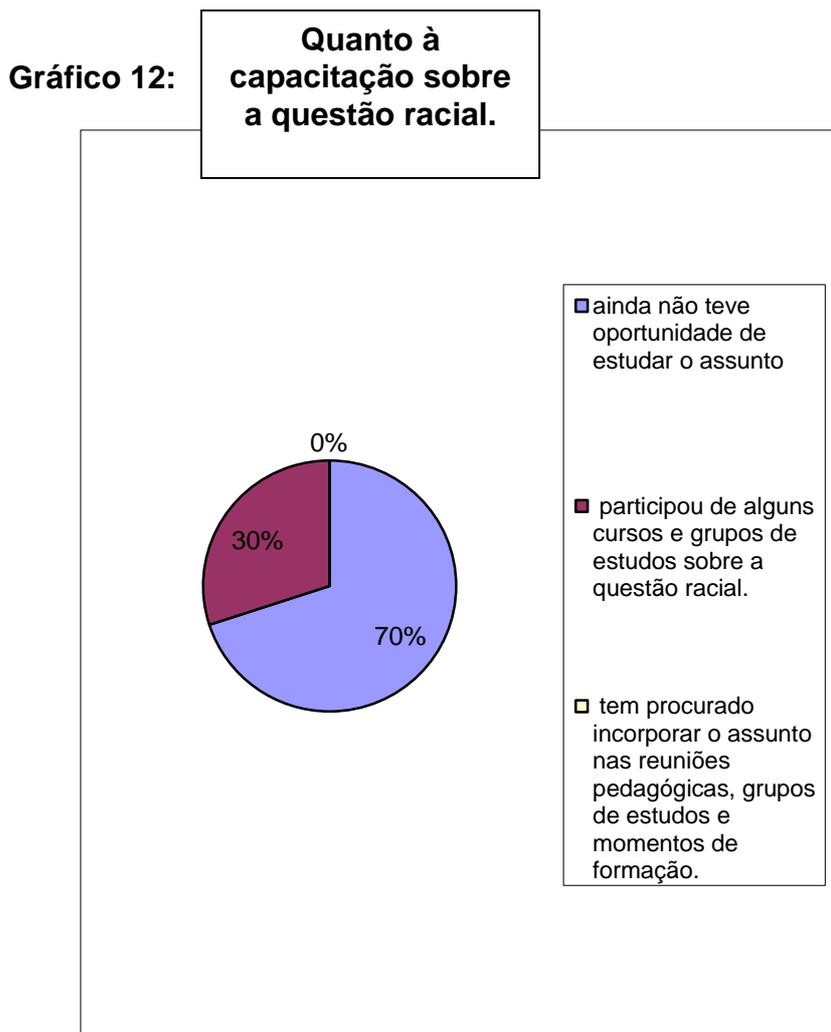
Alguns livros de um modo geral omitem ou apresenta de uma forma simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas, os trabalhadores, entre outros. Em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura, identificadas pelas pesquisas realizadas nas duas últimas décadas.

As questões históricas e raciais do continente africano estão na grade de formação dos professores?

Muitos professores se sentem despreparados para trabalhar as questões raciais em sua sala de aula, despreparo este que reflete nas situações de discriminação às vezes acontecidas no ambiente escolar que a criança negra convive. Cavalleiro (2001) aponta que:

Para conduzir à cidadania é necessário que o educador tenha além do reconhecimento da existência do racismo, do preconceito e da discriminação e suas consequências prejudiciais para a formação dos indivíduos, um princípio ético que o impulsiona para a busca de equidade social. (CAVALLEIRO, 2001, p.150)

Somente uma educação calcada na informação e no questionamento crítico a respeito das desigualdades sociais e raciais, bem como dos problemas relacionados ao preconceito e à discriminação, pode concorrer para a transformação dessa sociedade que tem sistematicamente, restringido muitos indivíduos do direito a cidadania.



A lei 10.639/03 não inclui as universidades em sua mudança, o que propõe a seguinte pergunta: Como os professores serão preparados para as novas exigências da Lei? Ana Célia da Silva (2005) nos fala um pouco sobre como o professor pode ser um mediador mesmo que inconsciente desta discriminação:

O professor pode vir a ser um mediador inconsciente dos estereótipos se for formado com uma visão acrítica das instituições e por uma ciência tecnicista e positivista, que não contempla outras formas de ação e reflexão. (SILVA, 2005, p.24.)

Portanto, cabe a nós professores/as, ampliarmos nossa visão sobre a desigualdade racial na educação, e assim se fazer necessário questionamentos do dia-a-dia nas escolas e principalmente, no nosso fazer profissional.

Por meio de questionários que foram respondidos por professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental do município de Valparaizo, pode-se constatar ainda um certo despreparo dos mesmos nas questões raciais e como lidar com as situações

de discriminação acontecidos, mesmo que raramente em sala de aula. A questão do ensino da história africana bem como suas contribuições ainda são considerados temas propostos em apenas uma parte do ano letivo, pois alguns acreditam não ser um tema relevante para a proposta pedagógica da escola. Os professores possuem em sua maioria uma pós-graduação, porém afirmam que ainda não tiveram oportunidades de fazer cursos referentes ao tema desta monografia. Um fator que também entristece é o fato de as bibliotecas possuírem poucos ou nenhum livro que contemple a questão do negro de forma positiva. Portanto considera-se aqui que questões sobre o negro e para o negro sejam revistas, pois a Lei 10.639/03 já completara seis anos e muitos professores ainda desconhecem sua importância para a escola e em especial para o aluno negro que diante de preconceitos e estereótipos formados por muitos, se vê menos negro, menos cidadão e menos brasileiro.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Apesar das conquistas dos Movimentos Negros, o negro ainda tende a ser excluído e discriminado. Graças as lutas, algumas conquistas já foram feitas, entre elas a Lei 10.639/03, que o obriga as escolas de Ensino Fundamental de Médio a inserirem em seus currículos a história Africana, entretanto apesar dos esforços dos setores avançados da sociedade ainda só uma minoria de professores trabalham a questão do negro no Brasil. Consta-se portanto, o predomínio de professores despreparados para a discussão das questões raciais. As aulas de História ainda omitem a participação do negro e supervaloriza a cultura européia, por outro lado, os livros didáticos ainda apresentam o negro de forma grotesca e estereotipada. Ainda cabe dizer que estamos conscientes das limitações desta monografia, mas sabemos também que o Brasil só alcançará o desejado nome de “ Brasil um país de todos” se as questões das desigualdades sócio-raciais se tornarem foco de políticas públicas e formação consciente dos educadores do país.

Pela pesquisa aqui realizada, verificou-se que o professor conhece a lei 10.639/03, porem muitos não tiveram um contato direto com a lei, não estudou sobre o assunto, mas sabe do que a mesma se refere. Mais isso não é o suficiente, precisamos ir além de informações soltas.

Para que seja válido, não seja apenas mais uma lei sem ser exercida é preciso que os professores tenham um contato direto, um conhecimento mais aprofundado e um olhar crítico perante a lei. O professor precisa ser mais autônomo, ir muito além do que pode procurar metodologias que sejam adequadas, realizar atividades diferenciadas com os alunos, valorizando sempre a contribuição dos negros e outras culturas na formação da cultura brasileira é possível trabalhar esses conteúdos de forma prazerosa e adotando metodologias adequadas para cada faixa etária, trabalhar de forma natural interagindo sempre com os alunos e mostrando a valorização das diferenças para como parte integrante e fundamental para uma história da qual fazemos parte.

O professor precisa quebrar os mitos que aparecem no livro didático, precisa trabalhar a verdadeira história e contribuições do negro para a formação da cultura brasileira.

Os resultados obtidos apontam para a necessidade de um redirecionamento para o professor trabalhar com esse ensino é preciso está preparado para essa pratica pedagógica. É preciso que haja uma preocupação com a metodologia a ser utilizada, se está sendo adequada e se atinge o objetivo proposto para os anos pré-escolares. É preciso criar situações de ensino que induzam a criança a participar e internalizar as informações, através de um enfoque que privilegie a qualidade abstrata e as funções sociais e culturais como requisitos primordiais e mais importantes que sua mecânica, além de procurar despertar na criança o prazer que a descoberta e a aprendizagem que podem proporcionar por meio do ensino da cultura afro.

A pesquisa realizada foi enriquecedora, pois possibilitou uma excelente construção teórica, e significativas descobertas quanto à lei 10.639/03. Como futura pedagoga, a presente monografia será o ponto inicial de uma carreira repleta de descobertas e significados.

6.REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- ANDRETO, Elifas (org) ALMANAQUE BRASIL DE CULTURAS POPULAR. ed. 04 Curitiba. 2004.
- BARRETTO, E. S. S. (org.) Os Currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas: AutoresAssociados, 1998. p. 5-42: tendências recentes do currículo do ensino fundamental no Brasil. (Col. Formação de Professores
- BRAGA, Maria Santana de. Coleção Educação Para Todos. Brasília, 2005.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: historia e geografia, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997.
- _____. Lei Nº 10.639/2003. In: Diretrizes curriculares nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004.
- _____. Programa Nacional dos Direitos Humanos. Gênero e raça: todos pela igualdade de oportunidades: teoria e prática. Brasília: MTb-a/Assessoria Internacional, 1998a.
- _____. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Brasileira, Ministério da Educação, Secretaria Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2005.
- _____. Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades, 1990 (CEERT)
- _____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC - Brasília : (S. Ed.), 2005.
- _____. CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMENINA.1994
- _____. POLITICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO. Brasília, 2005.
- _____. Parâmetros curriculares nacionais: vl.10. Ed. Brasília, 2001.
- _____. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, Ed. Secad, 2010.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade cultural. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BEATO, Joaquim. Um novo milênio sem racismo na Igreja e na Sociedade. CENACORA, 1998.
- CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. Ed. 3. São Paulo, Selo Negro, 2001.
- GONÇALVES e SILVA. Petronilha Beatriz. Aprendizagem e ensino das africanidades. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2005.
- _____. Petronilha Beatriz. Prática do racismo e formação de professores, In: DAYRELL, Juarez. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

- _____. Petronilha, Beatriz.e BARBOSA, Lúcia M de A. – Pensamento Negro em Educação no Brasil; expressões do movimento Negro - Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. São Carlos, EDUFSCar, 1997.
- GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (org). Racismo e anti-racismo em educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- _____. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas questões estratégicas de atuação.in Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- GADOTTI, Moacir. Diversidade cultural e educação para todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- GIL, Carlos Antônio. Como Elaborar Projetos de Pesquisas. São Paulo, Ed. Atlas, 2002.
- LINHARES, Maria Yedda. História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus,1990.
- LOPES, Véra Neusa. Racismo, preconceito e discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2005.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil identidade nacional versus identidade negra. Rio de Janeiro. Vozes, 1999.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática, 2003.
- PUNSKY, Jaime. A escravidão no Brasil – As razões da escravidão, sexualidade e vida cotidiana. As formas de resistências. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.
- ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Educação das relações étnico-raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- RUIZ, M. T.. Racismo algo más que discriminación. San José, Costa Rica: DEI, 1988. (Colección Análisis)
- SANTOS, Isabel Aparecida dos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: Alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (org). Racismo e anti-racismo em educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2005.
- SOUSA, Andréia Lisboa. Personagens negros na literatura infanto-juvenil: rompendo estereótipos. In: CAVALLEIRO, Eliane (org). Racismo e anti-racismo em educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- SOUZA, Mônica Lima. Construirnoticias: Como os tantãs na floresta. Nacional, nº 40, maio/junho. 2008.
- SILVA, Beatriz Petronilha Gonçalves. Prática do racismo e formação de professores, In: DAYRELL, Juarez. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- SILVA, Petronilha, Beatriz Gonçalves. e BARBOSA, Lúcia M de A. – Pensamento Negro em Educação no Brasil; expressões do movimento Negro - Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. São Carlos, EDUFSCar, 1997.
- SOUZA, Mônica Lima. Construirnoticias: Como os tantãs na floresta. Nacional, nº 40, maio/junho. 2008.

THEODORO, Helena. Mito e Espiritualidade. Mulheres negras. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

THEODORO, Mário (org.) Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Educação. Brasília, Ipea, 2008.

7.APÊNDICES

Apêndice A – Questionário

QUESTIONARIO

Caro profess@r! Gostaria de sua contribuição em minha pesquisa de campo sobre o tema: Ensino da Cultura Afro na Educação Básica.

Informo ainda que, todas as informações serão mantidas em sigilo e terá somente finalidade acadêmica de apoio a pesquisa.

Agradeço, antecipadamente, a atenção dispensada e me coloco à sua disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Atenciosamente;

Verônica Diano Braga

1. Nome da Instituição: _____
2. Gênero: () feminino () masculino
3. Faixa etária: () 20 a 30 anos () 30 a 40 anos () 40 a 50 anos () acima de 50 anos.
4. Graduação: () graduada () pós- graduada () mestrado () doutorado
5. Tempo de magistério: _____

6. A trajetória histórica do negro é estudada?

- a. () sim
- b. () não
- c. () raramente
- d. () nunca

7- Acredita-se que o racismo é para ser tratado...

- a.() como conteúdo nas varias áreas que possibilitem tratar o assunto.
- b.() pelos movimentos sociais.
- c.() quando acontece algum caso evidente na escola.

8- A cultura negra é...

- a. () estudada como rico folclore do Brasil.
- b. () um tema presente na proposta pedagógica da escola
- c. () assunto de aula quando surge alguma noticia na imprensa.

9- O currículo...

- a.() baseia- se nas contribuições das culturas européias representadas nos livros didáticos.
- b. () aborda positivamente a diversidade racial e as verdadeiras contribuições de todos os povos.

c. () procura apresentar aos alunos informação também sobre os indígenas e negros brasileiros.

10. Você, professor...

- a. () é neutro quanto às questões sociais, pois seu trabalho se baseia apenas nos conteúdos dos livros.
- b. () reavalia sua prática cotidiana e reflete sobre os valores e conceitos que traz introjetados sobre o povo e a cultura negra.
- c. () tem investido em formação e buscado informações sobre as questões raciais.

11. A abordagem das questões raciais...

- a. () não é feita com profundidade, pois a escola prioriza outras temáticas mais relevantes para nosso contexto.
- b. () é contextualizada na realidade dos alunos, promove uma análise crítica do assunto e visa a transformação dos conceitos preconceituosos.
- c. () não acontece, pois não é considerada assunto para a escola.

12. As diferenças culturais entre os diversos povos...

- a. () não são tratadas, pois não temos informação suficientes e o assunto é polemico.
- b. () servem como reflexão para rever posturas preconceituosas e comparações hierarquizadas.
- c. () são mostradas como diversidade cultural brasileira.

13. As situações de desigualdade e discriminação presentes na sociedade...

- a. () são temas de reflexão para todos os alunos.
- b. () são discutidas apenas com os alunos discriminados.
- c. () são discussões estratégicas para conscientização dos alunos quanto a luta contra todas as formas de injustiça social.

14. Acredita-se que, para fortalecer o reconhecimento, a aceitação e o respeito á diversidade racial, deve-se...

- a. () promover o orgulho racial de seus alunos.
- b. () procurar não chamar a atenção para as visões estereotipadas sobre os negro em livros, produções e textos existentes no material didático.
- c. () promover maior conhecimento sobre as heranças culturais brasileiras.

15. A linguagem verbal utilizada no cotidiano escolar...

- a. () tem o poder de influenciar nas questões de racismo e discriminação
- b. () se vale de expressões referentes á cor dos alunos, como neguinha ou negão.
- c. () não tem influencia direta nas questões raciais.

16. Quanto ao trabalho escolar sobre a temática racismo...

- a. trato o assunto em determinadas etapas do ano letivo.
- b. existe um trabalho coletivo com a participação de todos, inclusive direção e funcionários.
- c. Existe resistência de alguns colegas para tratar a questão racial.

17. Na biblioteca da escola...

- a. existem muitos e variados livros sobre a questão racial para alunos e professores
- b. existem poucos títulos sobre a questão racial.
- c. não existe literatura que contemple a questão racial.

18. Quanto á capacitação sobre a questão racial, você...

- a. ainda não teve oportunidade de estudar o assunto.
- b. participou de alguns cursos e grupos de estudos sobre a questão racial.
- c. tem procurado incorporar o assunto nas reuniões pedagógicas, grupos de estudos e momentos de formação.

8.ANEXOS

Anexo A – LEI N° 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eusanciono a seguinte Lei;

Art. 1° A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts.

26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1° O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2° Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3° (VETADO)"

Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182° da Independência e 115° da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

